

Bartira Agropecuária S.A.
CNPJ 20.090.981/0001-12

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023											
(Em milhares de Reais - R\$)											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	270.517	502.760	336.119	537.289	Fornecedores	20	7.356	4.769	18.016	11.670
Instrumentos financeiros derivativos	30	62.552	49.920	62.552	49.920	Empréstimos e financiamentos	21	362.769	421.319	393.497	424.634
Contas a receber de clientes	11	415.899	363.354	417.267	364.490	Pessoal, encargos e benefícios sociais		8.226	3.909	10.156	5.522
Estoque	12	15.359	24.613	44.070	57.580	Encargos tributários		1.117	1.969	1.295	2.079
Ativos biológicos	15	42.258	56.198	141.278	78.861	Dividendos a pagar	24.c	38.971	105.323	38.971	105.323
Impostos a recuperar	13	364	855	17.763	17.576	Impostos de renda e contribuição social a pagar		3.207	-	3.207	-
Imposto de renda e contribuição social	23.a	7.520	9.481	9.738	11.052	Contas a pagar a partes relacionadas	14	19.701	37.382	19.701	37.382
Outros ativos		3.627	10.660	5.066	12.084	Outras contas a pagar		646	371	1.386	487
Total do ativo circulante		818.096	1.017.841	1.033.853	1.128.852	Total do passivo circulante		441.993	575.042	486.229	587.097
Não circulante						Não circulante					
Adiantamento para aumento de capital	14	18.000	-	-	-	Fornecedores	20	-	-	243	559
Contas a receber	11	705.716	700.731	705.716	700.950	Empréstimos e financiamentos	21	1.516.072	1.980.084	1.516.072	1.980.485
Depósitos judiciais	22.c	1.529	1.543	1.619	1.631	Contas a pagar a partes relacionadas	14	3.084	380	2.485	-
Contas a receber de partes relacionadas	14	25.463	574	-	-	Provisão para contingências	22	20.659	21.403	23.592	24.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	43.168	30.679	57.574	57.765	Total do passivo não circulante		1.539.815	2.001.867	1.542.392	2.005.214
Total do realizável a longo prazo		793.876	733.527	764.909	760.346	Total do passivo		1.981.808	2.576.909	2.028.621	2.592.311
Investimentos	17	410.037	730.560	-	-	Patrimônio líquido	24				
Ativos biológicos	15	13.485	34.638	35.905	44.602	Capital social		255.778	256.778	255.778	256.778
Propriedade para investimentos	16	-	422	-	422	Reserva de lucros		178.275	123.194	178.275	123.194
Imobilizado	18	353.494	617.604	784.653	1.382.906	Dividendos adicionais		-	204.010	-	204.010
Intangível	19	25.612	26.299	17.776	28.068	Ajuste de avaliação patrimonial		(1.261)	-	(1.261)	-
		802.628	1.409.523	838.334	1.455.998	Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		432.792	583.982	432.792	583.982
Total do ativo não circulante		1.596.504	2.143.050	1.603.243	2.216.344	Participação de não controladores		-	-	175.683	168.903
Total do ativo		2.414.600	3.160.891	2.637.096	3.345.196	Total do patrimônio líquido		432.792	583.982	608.475	752.885
						Total do passivo e do patrimônio líquido		2.414.600	3.160.891	2.637.096	3.345.196

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023							
(Em milhares de Reais)							
Nota	Reservas						
	Capital social	Legal	"Reserva de lucros"	Dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação de não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2022	256.778	-	-	-	-	188.065	188.065
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	496.707	496.707
Constituição de reserva legal	24.b	24.835	-	-	-	(24.835)	(10.044)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos-25%	24.c	-	-	-	-	(100.790)	-
Dividendos adicionais	24.c	-	-	204.010	-	(204.010)	-
Constituição de reserva de lucros	24.c	-	98.359	-	-	(98.359)	-
Participação adquirida por terceiros	-	-	-	-	-	-	178.947
Saldos em 31 de dezembro de 2023	256.778	24.835	98.359	204.010	-	583.982	168.903
Redução do capital social	1.1	(1.000)	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	73.286	6.780
Constituição de reserva legal	24.b	3.665	-	-	-	(3.665)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos-25%	24.c	-	-	-	-	(17.405)	-
Dividendos adicionais	-	-	(800)	-	-	800	(800)
Constituição de reserva de lucros	24.c	-	52.216	(204.010)	-	(204.010)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.261)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	255.778	28.500	149.775	-	(1.261)	432.792	175.683

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bartira Agropecuária S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua 3, nº 1022, 13º andar - Setor Oeste, Goiânia - GO, que tem por objeto o desenvolvimento de atividades de agricultura, pecuária e silvicultura, a produção e comercialização de produtos de lavouras temporárias e perenes, a produção e comercialização de sementes e mudas, a criação, engorda e comercialização de bovinos, a criação e comercialização de equinos, a comercialização de material genético destinado à reprodução animal, a exportação e importação de produtos agropecuários próprios ou para uso próprio, prestação de serviços de gestão e desenvolvimento de empreendimentos agropecuários, a prestação de serviços de beneficiamento, limpeza, secagem e armazenamento de grãos próprios ou de terceiros, a compra, venda e administração de imóveis rurais próprios, a pesquisa, lavra e comercialização de recursos minerais destinados à agricultura e a participação no capital de outras sociedades.

1.1 Reestruturação societária
Em 03 de outubro de 2023, a Companhia constituiu a empresa SPAULO Participações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 52.406.957/0001-35, com sede na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel José Soares Marcondes, nº 983, Sala 82-BI, Bairro Bosque, CEP 19010-080, com objetivo de atividades na gestão de participações societárias, o desenvolvimento de atividades de consultoria em gestão empresarial, cultivo de soja, serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas e serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita. A Sociedade poderá constituir empresas, adquirir ações ou cotas de capital de outras sociedades. O capital social da Sociedade é de R\$ 1.000 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas com valor nominal de R\$ 1 (um real), cada uma, sendo todas elas impenhoráveis.

Em 11 de outubro de 2023, a Companhia criou a empresa SPAULO 002 Participações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 62.503.052/0001-84, com sede na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel José Soares Marcondes, nº 983, Sala 82-BI, Bairro Bosque, CEP 19010-080, com objetivo de atividades na gestão de participações societárias, o desenvolvimento de atividades de consultoria em gestão empresarial, cultivo de soja, serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas e serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita. A Sociedade poderá constituir empresas, adquirir ações ou cotas de capital de outras sociedades. O capital social da Sociedade é de R\$ 1.000 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas com valor nominal de R\$ 1 (um real), cada uma, sendo todas elas impenhoráveis.

Em 26 de outubro de 2023, a empresa Morumbi Agropecuária S.A. foi incorporada pela Bartira Agropecuária S.A., extinta de pleno direito. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 366.022. O laudo de avaliação foi emitido na mesma data de incorporação, 26 de outubro de 2023 não havendo variações patrimoniais e de resultado entre a data do laudo e a data de incorporação. Vide abaixo a abertura do acervo líquido incorporado:

Morumbi Agropecuária S.A.			
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.168	
Contas a receber		65.353	
Impostos a recuperar		1.018	
Outros ativos		32	
Total do ativo circulante		67.571	
Não circulante			
Contas a receber		251.214	
Depósitos judiciais		1.130	
Contas a receber de partes relacionadas		46.940	
Total do realizável a longo prazo		299.284	
Imobilizado		1.248	
Total do ativo		368.103	
Passivo			
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(92)		
Impostos de renda e contribuição social a pagar	(147)		
Total do passivo circulante	(239)		
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	(150)		
Provisão para contingências	(1.632)		
Total do passivo não circulante	(1.842)		
Total do passivo	(2.081)		
Total do acervo líquido	366.022		

O patrimônio líquido da Incorporadora foi implementado sem impacto ou dilação para os acionistas da Incorporadora, tendo em vista que a Incorporadora era titular de 100% (cem por cento) do capital social da Incorporadora. A Incorporadora assumiu as responsabilidades, ativas e passivas, que lhe foi transferido nas condições estabelecidas no protocolo de incorporação.

Em 29 de outubro de 2023, as empresas Angelim Participações S.A. e Guarabu Participações S.A., sociedades anônimas de capital fechado com sede na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 002, sala 0215, Barra da Tijuca, RJ, foram incorporadas de maneira reversa pela empresa Angelim Agronegócio Ltda., extintas de pleno direito. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 4. Vide abaixo a abertura do acervo líquido incorporado:

Angelim Participações S.A.	Guarabu Participações S.A.	Consolidado
Caixa e equivalentes de Caixa	1	2
Impostos a recuperar	1	1
Total do acervo líquido	1	3

O capital social da Sociedade permanecerá inalterado, uma vez que os patrimônios líquidos incorporados eram compostos exclusivamente pela participação que possuía no capital social da Sociedade. Considerando a extinção das únicas sociedades Angelim Participações S.A. e Guarabu Participações S.A., as 131.076.400 (cento e trinta e uma milhões, setenta e seis mil e quatrocentos) quotas da Sociedade, foram transferidas para a empresa CMBM Participações Ltda., acionista remanescente das incorporadas, que passou a figurar como única sócia da Sociedade. A Incorporadora na condição de sucessora legal das incorporadas assumiu as responsabilidades em todos os seus direitos e obrigações.

Em 29 de outubro de 2023, as empresas Indaia Participações S.A. e Fazenda Alvorada Participações S.A., sociedades anônimas de capital fechado com sede na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 002, sala 0215, Barra da Tijuca, RJ, foram incorporadas de maneira reversa pela empresa Indaia Agronegócio Ltda., extintas de pleno direito. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 3. Vide abaixo a abertura do acervo líquido incorporado:

Indaia Participações S.A.	Fazenda Alvorada Participações S.A.	Consolidado
Caixa e equivalentes de Caixa	1	2
Impostos a recuperar	1	1
Total do acervo líquido	1	3

O capital social da Sociedade permanecerá inalterado, uma vez que os patrimônios líquidos incorporados eram compostos exclusivamente pela participação que possuía no capital social da Sociedade. Considerando a extinção das únicas sociedades Indaia Participações S.A. e Fazenda Alvorada Participações S.A., as 78.332.000 (setenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil) quotas da Sociedade, foram transferidas para a empresa CMBM Participações Ltda., acionista remanescente das incorporadas, que passou a figurar como única sócia da Sociedade. A Incorporadora na condição de sucessora legal das incorporadas assumiu as responsabilidades em todos os seus direitos e obrigações.

Em 29 de outubro de 2023, as empresas Pingo Participações S.A. e Fazenda Flores Participações S.A., sociedades anônimas de capital fechado com sede na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 002, sala 0215, Barra da Tijuca, RJ, foram incorporadas de maneira reversa pela empresa Pingo Agronegócio Ltda., extintas de pleno direito. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 3. Vide abaixo a abertura do acervo líquido incorporado:

Pingo Participações S.A.	Fazenda Flores Participações S.A.	Consolidado
Caixa e equivalentes de Caixa	1	2
Impostos a recuperar	1	1
Total do acervo líquido	1	3

O capital social da Sociedade permanecerá inalterado, uma vez que os patrimônios líquidos incorporados eram compostos exclusivamente pela participação que possuía no capital social da Sociedade. Considerando a extinção das únicas sociedades Pingo Participações S.A. e Fazenda Flores Participações S.A., as 135.740.000 (cento e trinta e cinco milhões, setecentas e quarenta mil) quotas da Sociedade, foram transferidas para a empresa CMBM Participações Ltda., acionista remanescente das incorporadas, que passou a figurar como única sócia da Sociedade. A Incorporadora na condição de sucessora legal das incorporadas assumiu as responsabilidades em todos os seus direitos e obrigações.

Em 29 de outubro de 2023, as empresas Talismã Participações S.A. e Talismã Participações S.A., sociedades anônimas de capital fechado com sede na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 002, sala 0215, Barra da Tijuca, RJ, foram incorporadas de maneira reversa pela empresa Talismã Agronegócio Ltda., extintas de pleno direito. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$ 3. Vide abaixo a abertura do acervo líquido incorporado:

Talimã Participações S.A.	Talismã Participações S.A.	Consolidado
Caixa e equivalentes de Caixa	1	2
Impostos a recuperar	1	1
Total do acervo líquido	1	3

O capital social da Sociedade permanecerá inalterado, uma vez que os patrimônios líquidos incorporados

Demonstrações dos fluxos de caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					
(Em milhares de Reais)					
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		73.286	496.707	80.066	486.663
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:					
Depreciação do imobilizado	19	26.881	18.542	58.060	37.665
Amortização de intangível	20	687	1.237	10.292	87.573
Amortização de Ágio	18	-	24.678	-	-
Imposto de renda e contribuição social	24.c	8.924	-	10.297	55.022
Imposto de renda e contribuição diferidos	24.c	(12.489)	(4.925)	191	(22.358)
Resultado de equivalência patrimonial	18	(33.297)	(477.616)	-	-
Amortização de custos de transação de empréstimos	22	2.848	3.082	2.848	3.082
Provisão para contingências		(744)	(7.952)	(578)	(9.566)
Variação líquida do valor justo dos ativos biológicos		(7.963)	27.475	(17.286)	74.699
Redução por colheita e venda do ativo biológico		69.338	93.213	85.099	136.500
Juros sobre os empréstimos	22	16.413	278.819	17.977	280.206
Variação cambial sobre empréstimos	22	50.228	(7.050)	50.240	(7.027)
Instrumentos financeiros derivativos		(12.632)	(70.628)	(12.632)	(70.084)
Baixa de ativo imobilizado	19	126.107	351.436	473.284	436.275
Baixa depreciação ativo imobilizado	19	(10.994)	(9.251)	(12.735)	(39.161)
Baixa de ativo investimentos		353.820	178.947	-	-
Adição (reversão) de provisão para perda de créditos esperada	12	(232)	(154)	(263)	(159)
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(57.298)	(394.216)	(57.280)	(692.493)
Estoques		3.909	5.469	8.165	15.668
Partes relacionadas a receber		(24.889)	(422)	-	-
Impostos a recuperar		2.452	(4.297)	1.127	(4.568)
Outros ativos		7.455	(9.054)	7.440	(9.239)
Depósitos judiciais		14	45	12	45
Fornecedores		2.587	1.283	6.030	4.822
Pessoal, encargos e benefícios sociais		4.317	471	4.634	949
Encargos tributários		(852)	1.351	(784)	1.411
Contas a pagar a partes relacionadas		(14.977)	58.226	(15.196)	10.993
Outras contas a pagar		272	(1.593)	896	(1.684)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.717)	(147)	(7.090)	(55.113)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	22	(275.878)	(275.878)	(277.500)	(277.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		291.576	277.798	415.314	442.621
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Cisão, líquido do caixa cedido		(3.113)	-	(3.113)	-
Cisão do ativo biológico		(7)	-	(7)	-
Aplicação financeira	11	-	8.030	-	8.030
Caixa adquirido na incorporação	1.1	-	1.168	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	(18.000)	(153)	-	-
Aquisições de imobilizado	19	(63.878)	(39.783)	(106.350)	(414.895)
Aporte (Redução) de Capital em investidas	-	(346.557)	-	-	-
Redução do capital social		-	-	-	-
Adições ao ativo biológico		(82.128)	(70.800)	(177.379)	(158.966)
Participação adquirida por terceiros		-	-	178.947	-
Recebimento de dividendos	18	-	211.500	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(167.126)	(236.595)	(286.849)	(386.884)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de arrendamentos		-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	22	1.020.000	1.079.283	1.069.878	1.079.283
Pagamentos de empréstimos – principal	22	(1.088.126)	(960.830)	(1.110.946)	(983.652)
Pagamento de dividendos		(288.567)	-	(288.567)	-
Caixa líquido (utilizado nos) proveniente das atividades de financiamentos		(356.693)	118.453	(329.635)	95.631
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(232.243)	159.656	(201.170)	151.388
Saldos no início do exercício		502.760	343.104	537.289	385.921
Saldos no final do exercício		270.517	502.760	336.119	537.289

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas decorrentes de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(V) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas decorrentes de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(VI) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios econômicos do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(VII) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é, portanto, o mesmo quando, a Companhia tenha um direito legalmente vinculativo de compensar os valores à vista a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

n. Redução ao valor recuperável (impairment)

(I) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As perdas de crédito de risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que o valor líquido de um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em termos que não seriam aceitos em condições normais.
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(II) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de seus ativos UGCs. O valor recuperável de um ativo UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Para redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual de pagar ou de fornecer uma estimativa de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisões para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 23.

p. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação de mercado entre partes conhecedoras do mercado na data da mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ambos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transação — ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercados observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Custos de transação empréstimos

Custos de transação diretamente relacionados a empréstimos e financiamentos, de acordo com o CPC 08, são inicialmente reconhecidos com redutor do passivo. Subsequentemente são apropriados ao resultado financeiro da Companhia de acordo com a fluência do prazo do contrato de financiamento ao qual está relacionado, de modo que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento.

s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucros operacionais *re-estimados*. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura das demonstrações de perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

b. Outras normas contábeis

Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 4.8 e CPC 40).

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Caixa e bancos	284	7	301	27	
Aplicações financeiras	270.233	502.753	335.818	537.262	
Total de caixa e equivalentes de caixa	270.517	502.760	336.119	537.289	

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e título de capitalização, não havendo penalidades em caso de resgate antecipado. Essas aplicações foram remuneradas com uma taxa efetiva média de 101,86% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (94,14% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 30.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Venda de gado	3.885	5.721	4.794		
Venda de terras (a)	1.108.234	1.040.455	1.108.234	1.040.455	
Outras (b)	9.035	19.977	9.035	20.461	
Total	1.121.615	1.066.317	1.122.990	1.065.710	
Circulante	415.899	363.354	417.267	364.490	
Não circulante	705.716	702.963	705.716	700.950	

O saldo a receber da venda de terras refere-se ao saldo remanescente da venda da fazenda Pirapitinga, localizada no município de Canópolis-MG, contendo 16.447,51 hectares e da fazenda San Francisco, localizada no município de Canarane-MT, contendo 12.939,8 hectares, vendidas em 30 de abril e 27 de dezembro de 2022, respectivamente, com o vencimento das parcelas para 2023 e 2024, porém houve renegociação do valor a receber referente a fazenda San Francisco para 2025 acrescidos de correção monetária pelo CDI + 3% ao ano, e da venda da fazenda Morumbi, localizada no município de Alto Boa vista, contendo 23.755 hectares, vendida em 19 de setembro de 2023, atualizado conforme variação do preço da soja, com parcelas à vencer em 2024 até 2028.

Valor referente substancialmente de venda de ativo imobilizado.

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
A vencer					
1 até 30 dias	3.778	12.435	4.349	12.701	
31 até 60 dias	1.136	3.554	1.593	599	
61 até 90 dias	1.377	524	1.433	625	
91 até 180 dias	255.396	262.193	255.526	262.910	
181 até 360 dias	154.216	83.576	154.220	83.576	
Acima de 360 dias	705.716	700.731	705.716	700.950	
Vencidos					
1 até 30 dias	2	1.072	55	1.072	
31 até 60 dias	-	-	-	-	
61 até 90 dias	-	-	-	-	
91 até 180 dias	-	-	-	-	
181 até 360 dias	-	-	-	-	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	
Total	-	232	7	270	

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas decorrentes de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(V) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas decorrentes de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(VI) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios econômicos do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(VII) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é, portanto, o mesmo quando, a Companhia tenha um direito legalmente vinculativo de compensar os valores à vista a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

n. Redução ao valor recuperável (impairment)

(I) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As perdas de crédito de risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que o valor líquido de um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em termos que não seriam aceitos em condições normais.
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(II) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de seus ativos UGCs. O valor recuperável de um ativo UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Para redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual de pagar ou de fornecer uma estimativa de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisões para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 23.

p. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação de mercado entre partes conhecedoras do mercado na data da mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ambos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transação — ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercados observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Custos de transação empréstimos

Custos de transação diretamente relacionados a empréstimos e financiamentos, de acordo com o CPC 08, são inicialmente reconhecidos com redutor do passivo. Subsequentemente são apropriados ao resultado financeiro da Companhia de acordo com a fluência do prazo do contrato de financiamento ao qual está relacionado, de modo que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento.

s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucros operacionais *re-estimados*. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura das demonstrações de perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

b. Outras normas contábeis

Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 4.8 e CPC 40).

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Caixa e bancos	284	7	301	27	
Aplicações financeiras	270.233	502.753	335.818	537.262	
Total de caixa e equivalentes de caixa	270.517	502.760	336.119	537.289	

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e título de capitalização, não havendo penalidades em caso de resgate antecipado. Essas aplicações foram remuneradas com uma taxa efetiva média de 101,86% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (94,14% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 30.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Venda de gado	3.885	5.721	4.794		
Venda de terras (a)	1.108.234	1.040.455	1.108.234	1.040.455	
Outras (b)	9.035	19.977	9.035	20.461	
Total	1.121.615	1.066.317	1.122.990	1.065.710	
Circulante	415.899	363.354	417.267	364.490	
Não circulante	705.716	702.963	705.716	700.950	

O saldo a receber da venda de terras refere-se ao saldo remanescente da venda da fazenda Pirapitinga, localizada no município de Canópolis-MG, contendo 16.447,51 hectares e da fazenda San Francisco, localizada no município de Canarane-MT, contendo 12.939,8 hectares, vendidas em 30 de abril e 27 de dezembro de 2022, respectivamente, com o vencimento das parcelas para 2023 e 2024, porém houve renegociação do valor a receber referente a fazenda San Francisco para 2025 acrescidos de correção monetária pelo CDI + 3% ao ano, e da venda da fazenda Morumbi, localizada no município de Alto Boa vista, contendo 23.755 hectares, vendida em 19 de setembro de 2023, atualizado conforme variação do preço da soja, com parcelas à vencer em 2024 até 2028.

Valor referente substancialmente de venda de ativo imobilizado.

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
A vencer					
1 até 30 dias	3.778	12.435	4.349	12.701	
31 até 60 dias	1.136	3.554	1.593	599	
61 até 90 dias	1.377	524	1.433	625	
91 até 180 dias	255.396	262.193	255.526	262.910	
181 até 360 dias	154.216	83.576	154.220	83.576	
Acima de 360 dias	705.716	700.731	705.716	700.950	
Vencidos					
1 até 30 dias	2	1.072	55	1.072	
31 até 60 dias	-	-	-	-	
61 até 90 dias	-	-	-	-	
91 até 180 dias	-	-	-	-	
181 até 360 dias	-	-	-	-	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	
Total	-	232	7	270	

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas decorrentes de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(V) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas decorrentes de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(VI) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios econômicos do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(VII) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é, portanto, o mesmo quando, a Companhia tenha um direito legalmente vinculativo de compensar os valores à vista a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

n. Redução ao valor recuperável (impairment)

(I) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

As perdas de crédito de risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a

17 Investimentos									O quadro abaixo apresenta a movimentação dos saldos de investimentos da controladora em suas controladas diretas:											
Os percentuais de participação, os saldos patrimoniais e de resultado das controladas e o resultado de equivalência estão apresentados a seguir:																				
	Percentual de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora		Saldo em 31/12/2023	Integralizações e reduções de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Venda Participação	Adiantamento aumento de capital	Saldo em 31/12/2024				
Controladora										CMBM Participações Ltda.(ii)	394.108	-	15.819	-	-	-	409.927			
31 de dezembro de 2024										Bartira Gestão Agropecuária Ltda.	109	-	1	-	-	-	110			
CMBM Participações Ltda.									70%	17.073	617.370	13.674	17.158	603.611	22.599	15.819	-			
Bartira Gestão Agropecuária Ltda.									100%	110	-	-	-	-	110	1	-			
Agrofaz 001 Ltda.									100%	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-			
SPaulo Participações Ltda.									-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-			
SPaulo 002 Participações Ltda.									-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-			
Participação no resultado de investidas										Total	336.341	-	17.479	-	(353.820)	-	-			
Amortização da mais-valia											330.560	-	33.297	-	(353.820)	-	-			
Resultado de equivalência patrimonial											33.297	-	-	-	-	-	410.037			
	Percentual de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora		Saldo em 31/12/2022	Integralizações e reduções de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Amortização da mais valia	Venda Participação	Adiantamento aumento de capital	Incorporação Saldo em 31/12/2023			
Controladora										Morumbi Agropecuária S.A.(i)	67.877	(13.900)	556.916	(211.500)	(33.371)	-	-	-	(366.022)	-
31 de dezembro de 2023										Mais valia aquisição Morumbi Agropecuária S.A.(i)	24.678	-	-	-	(24.678)	-	-	-	-	
Morumbi Agropecuária S.A.									100,00%	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
CMBM Participações Ltda.									70%	8	576.678	13.674	-	-	-	-	-	-		
Bartira Gestão Agropecuária Ltda.									100%	109	-	-	-	-	-	-	-	109		
Agrofaz 001 Ltda.									100%	1	-	-	-	-	-	-	-	1		
SPaulo Participações Ltda.									100%	1	-	-	-	-	-	-	-	1		
SPaulo 002 Participações Ltda.									100%	1	336.340	-	-	-	-	-	1	-	336.341	
Participação no resultado de investidas											-	-	-	-	-	-	-	-		
Amortização da mais-valia											-	-	-	-	-	-	-	-		
Resultado de equivalência patrimonial											33.297	-	-	-	-	-	-	-		

Em 2023, a amortização residual do saldo de R\$ 33.371 e baixa do ágio da empresa Morumbi Agropecuária S.A., ocorreu devido a venda da fazenda. No exercício de 2023 houve a venda da Morumbi que impactou a variação da equivalência patrimonial significativa, a variação de equivalência foi de R\$ 556.916. Com a venda da fazenda Morumbi, o ágio de R\$ 24.678 foi baixado.

O valor de R\$ 179.947 refere-se a baixa do investimento da empresa CMBM Participação, devido a venda de 30% da participação da Companhia.

18 Imobilizações Móveis															Total
Controladora	Terenos	Seringueiras	Pastagens	Máquinas, equipamentos e instalações	Tratores	Colheiteadeiras	Edifícios e construções	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Desenvolvimento de solo	Silo	Obras e instalações em andamento	Outros		
Custo:															
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-794.874	-4.583	-23.659	-53.622	-22.810	-28.230	-32.065	-772	-1.448	-31.176	-8.866	-12.950	-3.685	1.018.740	
Adições	1.248	-	-	14.363	6.195	477	-	195	342	-	-	18.055	156	41.031	
Baixas	(318.455)	(4.583)	(1.819)	(8.666)	(1.407)	(1.369)	(12.424)	(38)	(67)	-	-	(19)	(2.589)	(351.436)	
Transferências	-	-	2.805	1.152	169	3	778	-	-	7.511	116	(13.087)	545	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-477.667	-	-24.645	-60.476	-27.667	-27.341	-20.419	-920	-1.724	-38.687	-8.982	-17.899	-1.797	706.335	
Adições	-	-	-	5.728	6.710	26.445	-	47	429	-	-	19.023	1	63.878	
Baixas	(99.467)	-	(4.067)	(4.965)	(523)	(693)	(3.021)	(45)	(379)	(4.922)	-	(8.298)	(127)	(126.107)	
Saldo Cindido	(149.394)	-	(11.559)	(18.562)	(6.671)	(5.685)	(8.197)	(107)	(398)	(13.690)	-	(5.807)	(335)	(220.405)	
Transferências	-	-	3.340	5.275	(3.607)	67	647	95	9	6.137	-	(12.073)	110	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-228.806	-	-14.087	-47.700	-23.876	-47.475	-10.163	-919	-1.156	-30.341	-8.982	-10.750	-1.446	-425.701	
Depreciação:															
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-(13.178)	-(22.536)	-(9.060)	-(9.508)	-(6.934)	-(426)	-(591)	-(16.477)	-(1.511)	-	-(1.219)	-(81.440)	
Depreciação no exercício	-	-	(1.497)	(4.725)	(2.321)	(3.403)	(1.152)	(153)	(143)	(4.633)	(298)	-	(217)	-(18.542)	
Baixas	-	-	986	3.444	670	3.042	16	16	19	-	-	-	825	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-(13.689)	-(23.203)	-(11.037)	-(12.699)	-(5.338)	-(562)	-(715)	-(21.110)	-(1.809)	-	-(568)	-(90.731)	
Depreciação no exercício	-	-	(1.753)	(5.705)	(3.511)	(6.185)	(722)	(153)	(133)	(8.211)	(300)	-	(148)	-(26.881)	
Baixas	-	-	2.332	2.756	231	332	958	32	213	4.082	-	-	58	10.994	
Saldo Cindido	-	-	6.502	9.455	2.871	4.190	2.258	91	175	8.681	-	-	188	34.411	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-(6.608)	-(16.697)	-(10.026)	-(15.782)	-(2.844)	-(592)	-(460)	-(16.618)	-(2.109)	-	-(470)	-(72.207)	
Valor contábil líquido:															
Em 31 de dezembro de 2023	477.667	-	10.956	37.275	16.730	14.642	15.081	367	1.009	15.757	7.173	17.899	1.229	617.604	
Em 31 de dezembro de 2024	228.806	-	7.479	31.003	13.850	31.693	7.319	927	696	13.723	6.873	10.750	975	353.494	
Consolidado	Terenos	Seringueiras	Pastagens	Máquinas, equipamentos e instalações	Tratores	Colheiteadeiras	Edifícios e construções	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Desenvolvimento de solo	Silo	Obras e instalações em andamento	Outros	Total	
Custo:															
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-1.095.974	-4.583	-25.257	-70.098	-28.492	-31.798	-48.530	-975	-2.247	-112.259	-40.865	-40.870	-8.351	-1.510.299	
Adições	319.703	5.210	833	18.265	7.239	1.465	9.436	231	530	-	5	50.716	1.264	414.695	
Baixas (i)	(344.756)	(4.583)	(1.819)	(12.863)	(5.363)	(3.700)	(16.605)	(124)	(354)	(34.191)	(8.044)	(435)	(42.619)	(436.275)	
Transferências	-	-	2.832	16.023	411	2	748	2	-	18.904	734	(41.578)	1.165	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-1.070.921	-5.210	-27.103	-92.303	-30.779	-29.564	-42.855	-1.084	-2.425	-96.977	-33.560	-49.575	-6.562	-1.488.918	
Adições	-	-	1.728	10.328	7.732	26.919	3.424	183	358	4.129	47	50.970	532	106.350	
Baixas	(417.922)	(5.210)	(4.900)	(9.354)	(1.010)	(986)	(12.739)	(46)	(379)	(4.922)	-	(14.624)	(1.192)	(473.284)	
Saldo Cindido (ii)	(149.394)	-	(11.559)	(18.562)	(6.671)	(5.685)	(8.197)	(107)	(398)	(13.690)	-	(5.807)	(335)	(220.405)	
Transferências	-	-	12.372	(1.957)	(3.820)	591	1.157	95	9	26.496	8	(35.433)	482	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-503.605	-	-24.744	-72.758	-27.010	-50.403	-26.500	-1.209	-2.015	-108.990	-33.615	-44.681	-6.049	-901.579	
Depreciação:															
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-(13.178)	-(22.990)	-(6.820)	-(6.653)	-(9.197)	-(527)	-(870)	-(40.436)	-(4.179)	-	-(2.458)	-(107.508)	
Depreciação no exercício	-	-	(4)	(1.698)	(3.983)	(4.819)	(2.067)	(188)	(266)	(13.411)	(1.385)	-	(726)	-(37.665)	
Baixas	-	-	986	6.332	2.721	1.805	4.396	90	223	18.827	2.010	-	1.777	39.161	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-(4)	-(14.090)	-(25.776)	-(6.082)	-(9.667)	-(6.868)	-(625)	-(913)	-(35.020)	-(3.554)	-	-(1.413)	
Depreciação no exercício	-	-	-	(2.575)	(9.014)	(4.356)	(6.382)	(1.460)	(197)	(244)	(31.953)	(1.320)	-	-(559)	
Baixas	-	4	1.188	5.097	658	371	1.030	34	213	4.062	-	-	58	12.735	
Saldo cindido (ii)	-	-	6.502	9.455	4.150	2.871	2.258	91	175	8.681	-	-	188	34.411	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-(8.975)	-(20.238)	-(7.590)	-(12.807)	-(5.040)	-(897)	-(769)	-(54.210)	-(4.874)	-	-(1.726)	-(116.528)	
Valor contábil líquido:															
Em 31 de dezembro de 2023	1.070.921	5.206	13.013	66.527	22.697	19.897	35.987	459	1.512	61.957	30.006	49.575	5.148	1.382.906	
Em 31 de dezembro de 2024	503.605	-	15.769	52.520	19.420	37.596	21.460	512	1.246	54.780	28.741	44.681	4.323	784.653	
Refere-se a baixa de imobilizado da venda de terras e benfeitorias da empresa Morumbi Agropecuária S.A., localizada no município de Alto Boa Vista, contendo 23.755 hectares, conforme nota explicativa 1.2. Imobilizado cindido da controladora Barbra.															
Perda do valor recuperável do ativo imobilizado (impairment teste) A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de eventos que pudessem ocasionar a redução do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 com base em suas análises do valor em uso dos ativos e projeções de seus negócios, segundo a projeção orçamentária aprovada pela Administração.															
Referência ao balanço patrimonial consolidado de 2024 e ao balanço de 2023 de 2024 e ao balanço															

[illegible]

21 Empréstimos e financiamentos												
Modalidade	Moeda	Taxa de juros a.a	Vencimento	Circulante	2024	Controladora 2023		Consolidado 2024		2023		
					Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	circulante	Não circulante	
Circulante												
Moeda nacional												
Banco ABC do Brasil	Finame	Real	3,90%	2024	-	-	87	-	-	-	-	1.826
Banco ABC do Brasil	CCB	Real	1,40%	2024	-	-	31.898	-	-	-	-	31.898
Banco Santander	Real	1,22% + CDI	2025-2027	40.653	55.891	30.880	83.837	40.653	55.891	30.880	83.837	
Banco Itau S.A.	Finame	Real	4,50%	2024-2026	-	-	969	479	-	-	2.546	880
Banco Itau S.A.	CCB/CPR	Real	1,20% + CDI	2025	31.919	44.179	813.906	31.919	44.179	813.906	-	-
Banco Itau S.A.	CRA	Real	1,75% + CDI	2025-2032	133.320	412.515	115.803	471.446	133.320	412.515	115.803	471.446
Banco Itau S.A.	CRA2	Real	1,60% + CDI	2025-2030	3.843	740.000	-	3.843	740.000	-	-	-
Banco BTG Pactual	CCB/CPR	Real	1,80%	2024-2026	-	-	118.092	233.333	-	-	118.092	233.333
Banco da Amazônia	CCB/CPR	Real	6,90%	2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Safra	CCB/CPR	Real	1,80% + CDI	2025-2023	20.783	60.000	21.144	80.000	20.783	60.000	21.144	80.000
Banco Votorantim	CCE	Real	1,85% + CDI	2025-2027	59.379	85.714	60.274	142.857	59.379	85.714	60.274	142.857
					289.897	1.354.120	423.326	1.825.858	320.625	1.354.120	426.641	1.826.259
					(2.700)	(17.937)	(2.700)	(20.786)	(2.700)	(17.937)	(2.700)	(20.786)
(-) Custos de transações a amortizar												
Moeda estrangeira												
Banco Itau S.A	CCB-est	Dólar	1,60% + CDI	2025-2030	69	30.655	-	69	30.655	-	-	-
Banco Boom	CCB-est	Dólar	1,50%	2025-2026	75.503	149.234	693	175.012	75.503	149.234	693	175.012
Total					362.769	1.516.072	421.319	1.980.084	393.497	1.516.072	424.634	1.980.485

[illegible]

350.000 dividido em três cédulas de produto rural financeiro no valor de R\$ 248.799, R\$ 49.509 e R\$ 51.692, ambas com indexador DIB/3 e taxa de 1,80% a.a., com vencimento para 18 de maio de 2026.				
Em 29 de novembro de 2023 houve captação de recurso junto ao Banco Safra através de cédula de produto rural financeiro no valor de R\$ 100.000, com taxa de 1,80% a.a. e 0,14878% a.m, com vencimento anual até 03 de novembro de 2028.				
Em junho, julho, setembro e dezembro de 2024 houve captação de recurso junto ao Banco da Amazônia através de cédula de produto rural financeiro no valor de R\$ 49.878 com taxa de 6,87% a.a. e 0,57252% a.m, com vencimento anual até 12 de maio de 2025.				
Em 04 de dezembro de 2024 houve captação de recursos via CRA através da Virgo Companhia de Securitização no valor de R\$ 740.000, a uma taxa de CDI + 1,6%. Custo de captação no valor de R\$ 10.545, per cento do custo de captação de 1,42%, sendo R\$ 289.308, com vencimento para 14 de junho de 2030.				
Em 05 de dezembro de 2024 houve captação de recursos junto ao Banco Itaú através de cédula de produto rural financeiro no valor de R\$ 30.000 em dólar (\$4.950), com taxa fixa de 6,78% a.a. e 0,124149% a.m, com vencimento para 19 de junho de 2030. Operação protegida por swap pontua taxa R\$ 30.000 com taxa de 6,78% ao ano com a cotação dólar fechado em \$ 6,06. Ponta passiva R\$ 30.000 com taxa de CDI+1,06% aa.				
Em 24 de dezembro de 2024 houve captação de recurso junto ao Banco BTG Pactual no valor de R\$ 250.000 em cédulas de produto rural financeiro com indexador CDI+1,95% aa, com vencimento para 18 de maio de 2026. Este contrato foi baixado e transferido para SPaulo em função da cisão, nota 1.1				
Processos possíveis				
A Companhia e suas controladas têm ações de naturezas civil, trabalhista, administrativa, ambiental e tributária para a Angelim em instância administrativa não juntada ao processo.				
Tributárias				
A Companhia e suas controladas possuem registradas provisões tributárias no montante de R\$ 19.334, sendo ações relacionadas a auto de infração de uma ação de anulatória de débito fiscal de natureza ambiental (art. 38 do Decreto nº 3.179/1999) no valor de R\$ 410. R\$ 1.280 referente anulatório de débito fiscal referente a IRPJ/CSSL 1998/1999. R\$ 4.773 referente a risco no aproveitamento de depreciação acelerada, incentivada sobre formação canavial e pastagens; R\$ 457 referente a risco de exclusão do PAT (Programa de Alimentação Trabalhador); R\$ 2.525 referente a risco de tributação de PIS e COFINS sobre exportação e eliminação da ausência de documentação comprobatória. R\$ 1.973 referente a risco de tributação de PIS e COFINS pela não estorno créditos sobre vendas; R\$ 359 referente a risco pela apropriação crédito de PIS e COFINS sobre frete na formação de produto de lotes para exportação; R\$ 1.921 referente a risco de crédito de PIS e COFINS do setor administrativo, créditos indevidos de PIS e COFINS, créditos extemporâneos; R\$ 949 referente a risco de controle de remessas de bens avulso imobilizado para uso fora do estabelecimento e remessas para conserto; R\$ 2.938 referente a risco de omissão de informações nas obrigações acessórias (EFD Contribuições); R\$ 431 referente a risco de tributação de ICMS nas operações de remessa de equipamentos em comodato; R\$ 718 referente a risco de tributação de INSS folha sobre prestação serviços de máquinas agrícolas.				
Despesas de IR e CS reconhecidos no resultado				
De acordo com o art. 325 do RIR (Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018), os bens do ativo perma-				

ano		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2025		362.769		393.497		2024		2024		2023		2024		2023		2023	
2026		146.533		146.533		2023		2023		2023		2023		2023		2023	
2027		138.906		138.906													
>2028		1.230.633		1.230.633													
Total		1.878.841		1.909.569													
Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento																	
A tabela a seguir detalha as variações nos passivos das controladas da Companhia, resultados de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. Os passivos resultantes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram, ou os fluxos de caixa futuros serão, classificados na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia como fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento.																	
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023												
Saldo inicial		2.401.403	2.283.977	2.405.119	2.310.727												
Saldo cindido		(248.047)	-	(248.047)	-												
Juros sobre empréstimos		16.413	278.819	17.977	280.206												

Novos empréstimos				1.020.000	1.079.283	1.069.878	1.079.283	e ausência de recolhimento de ICMS junto à SEFAZ-UF, RS 372 em processos referentes a pedidos de compensação e cobrança de débito de ITR e IRRF junto à Receita Federal e RS 34 processo de lançamento de crédito tributário junto ao Ibama.	
Principal pago sobre empréstimos e financiamentos				(1.088.126)	(960.830)	(1.110.946)	(983.652)		
Juros pagos				(275.878)	(275.878)	(277.500)	(277.500)		
Amortização de custos de captação				2.848	3.082	2.848	3.082		
Total				1.876.841	2.401.403	1.909.569	2.405.119		
Cláusulas contratuais (covenants)									
A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (covenants financeiros e não financeiros).									
22 Provisão para contingências									
a. Processos prováveis									
Os processos judiciais com prognóstico de perda provável estão assim constituídos e movimentados:									
Controladora									
	2024	Adições/ atualizações	Baixas/ reversões	2023					
Trabalhistas	885	48	(903)	30	Cível-	-	-	-	-
Cíveis	-	-	-	-	Trabalhistas	328	342	419	431
Administrativas	1.234	61	-	1.295	Tributária	782	782	781	781
Tributárias	19.283	50	-	19.333	Ambiental	419	419	419	419
					Total	1.529	1.543	1.619	1.631
A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais de naturezas trabalhista, tributária e ambiental, sendo eles: RS 380 referente à reclamatória trabalhista de ex-empregados, ação do Ministério Público do Trabalho decorrente de fiscalização de empresa terceirizada; RS 38 reclamatória trabalhista em decorrência de acidente de trabalho; RS 84 em deslito/pet. recursal de natureza tributária referente à execução fiscal de									

[illegible]

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 16 Junho 2025, 14:58:18

Documento: BALANÇO BARTIRA - DIGITAL - 17-06.Pdf

Número: 9116a0f0-ef93-4ee2-8c61-a1ea6f6e33c1

Data da criação: 16 Junho 2025, 14:57:46

Hash do documento original (SHA256): 369bd26a5b1cda53643b26406575ed5ff97094e99238a989886de234357bdc5a



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 9116a0f0-ef93-4ee2-8c61-a1ea6f6e33c1, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 9116a0f0-ef93-4ee2-8c61-a1ea6f6e33c1. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 16 Junho 2025, 14:58:19

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 9116a0f0-ef93-4ee2-8c61-a1ea6f6e33c1, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 9116a0f0-ef93-4ee2-8c61-a1ea6f6e33c1. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.